

Homossexuais, transexuais e violência: acontecimento e narrativa nos cadernos policiais da imprensa paraense¹

Sergio do Espirito Santo FERREIRA JUNIOR²

Alda Cristina COSTA³

Universidade Federal do Pará, Belém, PA

Resumo

Busca-se compreender o processo de construção da narrativa midiática e de conformação do acontecimento nos casos da cobertura sobre violência envolvendo LGBTs, sobretudo homossexuais e transexuais, no contexto paraense. Recorremos a noções de enquadramento e narrativa para dar conta do ambiente complexo em que essas violências se inserem e dos operadores simbólicos usados pela mídia paraense na construção dos acontecimentos e das narrativas. Como operadores simbólicos destacamos o enquadramento de marcas identitárias negativas e a narrativização relacionada à normalização da violência, por vieses heterossexista e heteronormativo, como repercussão simbólica e consequência do processo de narração do acontecimento. Foram analisadas 12 matérias dos jornais impressos paraenses Diário do Pará (6) e O Liberal (6).

Palavras-chave: homossexualidade; transexualidade; narrativa midiática; acontecimento; imprensa paraense.

Introdução

A violência envolvendo a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT) tende a ser tematizada na mídia como violência de gênero e de orientação sexual, sob a classificação de homofobia e, raramente, como transfobia. No caso das mídias impressas paraenses, essa caracterização se constitui sob a égide do grotesco, irônico e preconceituoso, enfatizando a estigmatização dos sujeitos e a negação de identidades e orientações sexuais, que não se situam no padrão heteronormativo, em que a heterossexualidade é norma da conformação das práticas e identidades sexuais, compulsória ou sutil (LOURO, 2009).

Esse tipo de cobertura bastante intenso no Brasil até os fins do século XX, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, quando havia uma profusão de impressos sensacionalistas e o enquadramento predominante era a representação da violência envolvendo homossexuais e transexuais como vício ou resultado de fraquezas morais (RAMOS & CARRARA, 2006).

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Comunicação Social – Jornalismo, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará (FACOM/UFPA), e-mail: esferreira.sergio@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Professora do Curso de Comunicação Social, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará (FACOM/UFPA) e Vice-coordenadora do Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCom/UFPA), e-mail: aldacristinacosta@gmail.com.

As narrativas midiáticas possuem um papel bem demarcado de fornecer sentidos sobre a realidade, de modo que a partir dela se podem realizar leituras sobre a violência urbana, sobre insegurança e sobre quem está envolvido nesse problema social. Nas narrativas estão inscritas interpretações sobre a realidade social, que possibilitam outras interpretações por parte dos sujeitos. Essas narrativas, assim, se constituem a partir de um processo em que, os acontecimentos, ao mesmo tempo em que passam, pela formatação dos códigos do jornalismo e da informação, dialogam com elementos que compõem a realidade, sobretudo a experiência social dos sujeitos e que se constitui como um meio pelo qual os indivíduos se apropriam dos acontecimentos. (TUCHMAN, 2007; ARQUEMBOURG, 2005).

É nesse quadro que se insere o presente estudo, que objetiva analisar a construção das narrativas e dos acontecimentos que envolvem homossexuais e transexuais na mídia impressa paraense, em que os operadores simbólicos desse processo reforçam a discriminação e a desumanização desses grupos a partir de estereótipos e estigmas que os vinculam à violência.

Na elaboração da pesquisa, analisamos 12 edições das matérias publicadas nas Editorias de Polícia dos dois impressos do estado do Pará, *Diário do Pará* e *O Liberal*, referentes ao primeiro e ao segundo semestre de 2012. O material selecionado faz parte do acervo do projeto de pesquisa “Mídia e Violência: as narrativas midiáticas na Amazônia paraense⁴”.

Entendemos acontecimentos, a partir da definição de Quéré (2005), em que concebe em uma dualidade, ou seja, como “facto do mundo”, à medida que se desenrola em um contexto e possui uma temporalidade, e como um “efeito na ordem do sentido”, que esclarece o acontecimento, que enseja a possibilidade de se constituir como fenômeno hermenêutico (compreensível e que faz compreender).

As demais noções conceituais dizem respeito às relações entre enquadramento e narrativa (MOUILLAUD, 2002; TUCHMAN, 2002), e entre narrativa e acontecimento (ARQUEMBOURG, 2005; QUÉRÉ, 2005, 2011; FRANÇA, 2011), em que se pretende realizar um percurso metodológico que dê conta de apontar os acontecimentos, o processo de narrativização e os componentes dos acontecimentos que são conformados por essas

⁴ O projeto de pesquisa “Mídia e Violência: as narrativas midiáticas na Amazônia paraense” está sendo desenvolvido desde agosto de 2012, na Faculdade de Comunicação/Universidade Federal do Pará em parceria com o Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

narrativas de violência, ao tratar de eventos em que violência e LGBT são apresentados como ligados de forma intrínseca.

A cobertura midiática e a violência urbana

A cobertura sobre a violência urbana (no que se incluem as violências foco deste estudo) apresenta uma conjuntura específica, porque a motivação dessa cobertura não é exclusivamente jornalística, antes se tensiona com caráter e interesses político-econômicos. No Pará, de modo específico, a imprensa hoje, está concentrada nas mãos de dois grupos de comunicação, a Organização Romulo Maiorana e a família Barbalho, se constituindo em principais atores na chamada “guerra político-empresarial” entre os Maiorana e os Barbalho (VELOSO, 2011).

Os dois grupos de comunicação (e conseqüentemente seus veículos e conteúdos) são atravessados por questões políticas desde sua implantação. De acordo com Veloso (2011), o primeiro surge com o jornal *O Liberal*, em 1966, e coexistiu com a ditadura militar, silenciando sobre ela e aliando-se aos governos do estado, para poder desfrutar de uma existência sem atritos com o regime vigente, mantendo-se alinhado com os políticos e governantes (em nível local e estadual) do PSDB, depois. O segundo, por sua vez, surge com o *Diário do Pará* como principal impulsionador da campanha de Jader Barbalho ao governo do estado na década de 1980, pelo PMDB, ao mesmo tempo em que se posicionava contra a ditadura militar. O jornal *Diário do Pará* nasceu já como concorrente de *O Liberal* (enquanto *A Província* ainda existia), mas tinha o caráter de panfleto político mais evidente, pelo menos até o início dos anos 2000, passando a se dedicar a cobertura de violência, de esporte e entretenimento.

Nesse cenário de concorrência, questões do campo político, como a gestão pública, serviços de saúde, saneamento e educação, bem como a segurança pública, surgem na arena midiática de confronto do *Diário do Pará* com o poder público, considerando o posicionamento partidário do veículo, ligado ao PMDB, contrário ao PSDB que se encontra no comando do Estado.

Na linha editorial do *Diário do Pará* os ataques ao governo do Estado são constantes, assim como ao grupo de comunicação adversário, com matérias de denúncias que são seletivas (recaindo em denunciamentos), cujos condicionantes são as intenções do próprio grupo, os atores políticos locais a que afeta e o tipo de impacto que se visa produzir nas audiências.

Os periódicos *O Liberal* e *Amazônia*, do mesmo grupo, possuem editoriais de polícia, em que noticiam mortes, prisões e acidentes, assim como o *Diário do Pará*, que possui um caderno exclusivo de notícias sobre violência. Em todos eles, a violência é apresentada como um conjunto de intrigas de personagens que estão ligados de modo mais ou menos natural a ambientes e grupos violentos. Diariamente são construídas narrativas sobre assaltos, homicídios, prisões e acidentes de trânsito, acompanhadas de fotografias que conferem legitimidade ao fato, exibindo cadáveres, sangue, marcas de violência e os próprios acusados e outros envolvidos.

Constatamos de maneira ainda que diferenciada, predominância do espetacular e do sensacional, em um estilo narrativo em que os acontecimentos são “uniformizados, reduzidos a um conjunto de elementos factuais semelhantes, que reiteram e re representam agentes, pacientes e espaços de violência na Região Metropolitana de Belém” (FERREIRA JUNIOR & MENEZES, 2014, p. 58).

No que se relaciona à violência cometida contra homossexuais e transexuais, quando narrada nos impressos paraenses, observamos que elas passam da tragédia à banalidade, da seriedade à ironia ou ao riso, de modo que esses indivíduos, ao serem caracterizados como “homossexuais” ou “travestis”, são construídos de maneira negativa, fora de uma pretensa ordem social e que as ações violentas sofridas ou realizadas por eles são devidas à sua condição sexual, esvaziando ainda mais a discussão sobre os tipos de violação que atingem especificamente a população LGBT. Deste modo, fazem circular imagens do homossexual e do transexual repletas de estigmas.

Ao debater sobre as construções de normatividade e as formas de apreensão das normas pelo social, Michaud vai ponderar:

Não somente o fato de o social se referir a alguns de seus aspectos por meio da noção de violência é independente da violência real que aí circula mas rapidamente ocorre que essa representação, quando intervém é conflitual: e é indício de um conflito de apreensões, impossível de ser decidido a não ser pela imposição de um ponto de vista único, significando qualquer outra coisa que um acordo consentido sobre a objetividade. Na verdade, fica evidente que as significações do termo variam consideravelmente segundo quem fala (1978, p. 89).

Percebemos assim, duas construções conflituosas nos impressos paraenses: da violência e dos homossexuais e transexuais.

A violência como acontecimento

De acordo com Quéré (2011), os acontecimentos, ainda que sejam caracterizados por descontinuidades e constituam uma “situação”, tende a remontar a outras que apresentam causalidades ou desfechos similares, devido às questões contextuais. Assim, os acontecimentos podem se configurar enquanto “situações problemáticas” que emergem e fazem emergir um “campo problemático”, definindo tensões, conflitos e contradições em níveis individuais e coletivos, convocando ações de análise e de busca por soluções.

As desigualdades sociais são um dos aspectos apontados como fatores do aumento da violência no Brasil, provenientes do seu processo sócio-histórico. Segundo Adorno (2002), os padrões de desigualdade e a concentração de riquezas permaneceram sem grandes alterações desde o início da segunda década do século XX até os anos 2000, o que contribuiu para o agravamento de situações de segregação e emergência de formas específicas da violência.

Essas questões não são trabalhadas na cobertura midiática como fatores que influenciam o crescimento da violência no país. Pelo contrário, quando a mídia retrata o crime o faz de forma particularizada a sujeitos de baixa condição social. Nesse sentido, explica Jodelet (2001, p. 17), “as representações sociais circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais”

Ao caracterizar a violência urbana, Adorno (2002, p. 88), apresenta algumas tendências vigentes no país desde a segunda metade do século XX: o crescimento da delinquência urbana (roubo, extorsão e homicídios); o surgimento do crime organizado (relacionado ao tráfico internacional de drogas); violações graves aos direitos humanos (como violência policial); e explosão de conflitos violentos intersubjetivos, como os de ordem identitária ou cotidiana.

Dados do relatório *Balanço das Ocorrências Policiais com Registro no Sistema Integrado de Segurança Pública* (PARÁ, 2012), realizado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (SEGUP), órgão do Governo do Pará, também dão conta de altos índices de ocorrências homicídios na região. De acordo com dados de 2012, ano dos impressos analisados no presente artigo, houve uma queda no número de homicídios dolosos entre os anos de 2010 e 2012 na Região Metropolitana de Belém, passando de 1362, em 2010, para 931, em 2012. Tendência similar teria ocorrido na totalidade do estado do Pará, em que o número de homicídios dolosos foi de 3098, em 2010, para 2731, em 2012, o que indica uma redução de 11,85%.

Ao traçarmos esse panorama sobre a violência urbana, buscamos inferir a necessidade de uma cobertura mais responsável dos meios de comunicação sobre segurança pública, assim como dos sujeitos envolvidos nos fatos, uma vez que constatamos hoje, um cenário construído de cultura do medo, com narrativas que especulam o problema violência, assim como destacam a morte e o sangue nas narrativas, sem problematizar a questão social.

A própria segurança pública deve ser considerada adequadamente, como um campo organizacional, que deve ser pensado além do policiamento, compreendendo ações integradas e complexas, bem como a articulação com políticas públicas (COSTA & LIMA, 2014). Nos impressos paraenses há uma concentração de narrativas sobre crime, criminalidade e fatos violentos, a fim de exploração política e econômica, além de narrar os acontecimentos a partir de determinadas estratégias que reiteram e naturalizam desigualdades, bem como banalizam a violência e aqueles a quem afeta.

Violência contra LGBTs: conceitos e números

O tratamento dispensado pelos impressos ao público LGBT, quando envolvidos em questões de violência, se insere nos mesmos enunciados construídos sobre a violência urbana. Ou seja, os acontecimentos relativos esses sujeitos são construídos como “situações problemáticas”, ou, com operadores simbólicos de ancoragem dessas identidades com caráter negativo.

Nos meios de comunicação, principalmente as editoriais de Polícia, constatamos ainda uma cobertura preconceituosa em questões relacionadas a esses sujeitos. Destacamos assim, que a homofobia e transfobia são construídas como preconceitos e práticas (que muitas das vezes redundam em discriminação e violências) contra a orientação sexual e contra identidade de gênero, respetivamente, ainda que esteja presente nos dois casos a ideia de heterossexismo, que consiste em uma “concepção essencialista/naturalizada de que a heterossexualidade é superior do ponto de vista social, moral e do desenvolvimento psicológico às outras formas de expressão da sexualidade, [...] relegadas a um plano inferior, moral e legalmente”. (NARDI, 2010, p. 155).

Ainda que o debate sobre as definições de homofobia e transfobia possuam um pano de fundo bastante amplo, consideramos importante demarcá-los conceitualmente na presente pesquisa. A homofobia é concebida como preconceitos e práticas, na sua relação contra a orientação sexual, em que o estatuto da homossexualidade, a partir da ótica do

heterossexismo, constitui-se como uma perda do gênero original (LOURO, 2009), ou seja, na medida em que tanto os discursos quanto as práticas sociais são conformados por meio dessa lógica dicotômica “implicam a negação de práticas ou características referidas ao gênero feminino e essa negação se expressa, muitas vezes, por uma intensa rejeição ou repulsa de práticas e marcas femininas” (LOURO, 2008, p. 91, 92).

Com intersecções e especificidades, a transfobia é um conceito que emerge mais recentemente, e está relacionado com a necessidade de se atentar para as singularidades dos preconceitos e violências que os indivíduos com uma dada identidade sexual sofrem, daí se falar também em lesbofobia, relativamente a mulheres lésbicas, e homofobia, relativamente a homens homossexuais.

A transfobia pressupõe especificidades porque a transexualidade (e também travestilidade) são condições que advém, sobretudo, da auto-categorização e da adesão às normas de gênero que não aquelas que estão no horizonte de expectativas sociais, contrárias em relação a um suposto sexo “biológico”, que seria o natural, novamente a partir da perspectiva do heterossexismo.

A importância da auto-categorização e categorização se dá como “processo de formação da identidade, pode controlar, restringir e inibir, mas, simultaneamente, oferecem conforto, segurança e confiança. [...] que também [tem] fornecido um salto para a auto-definição e resistência individual e coletiva”⁵ (WEEKS, 1995, p. 35-36, tradução nossa).

Desse modo, é a identidade de gênero que é alvo da transfobia, agravando-se a ideia da perda do gênero original e legitimando ainda mais a violência, devido a um estatuto que não seria o de verdadeiramente masculino e feminino, reforçando processos de marginalização e de invisibilização.

A partir dessas noções e por meio da difusão de sentidos sobre as sexualidades dissidentes é que ocorre o fenômeno da violência contra a população LGBT. De acordo com o *Relatório sobre Violência sobre homofóbica no Brasil: ano de 2012* (BRASIL, 2013), da coordenação de Promoção dos Direitos LGBT, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), houve um crescimento no número de registro de casos de violência motivados por homofobia, no Brasil.

O relatório indica que o número de denúncias de violência homofóbica aumentou em 166% em 2012, com 3.084 denúncias, em relação ao ano de 2011, quando houve apenas

⁵ [...] categorization and self-categorization, that is the process of identity formation, may control, restrict and inhibit, but simultaneously they offer comfort, security and assuredness [...] it also [has] provided the springboard for self-definition and individual and collective resistance (WEEKS, 1995, p. 37-38)

1.159. Ainda de acordo com o relatório, o número de violações (tipos de violência) relativas à homofobia, também teria aumento. O número, que era de 6.809, em 2011, passou para 9.982, o que representa um aumento de 46,6%. Os principais tipos de violação listados são: violência psicológica, discriminação, e violência física. Em relação aos homicídios de LGBTs, houve um aumento de 278, em 2011, para 310 em 2012 (BRASIL, 2012).

No estado do Pará, nesse mesmo período, de acordo com os dados do Relatório, foi registrada uma variação de 8 homicídios registrados pela mídia, em 2011, para 14, em 2012 (BRASIL, 2012, 2013). Além de um aumento de 180% no registro de violações registradas.

A conformação dos acontecimentos: violência e sexualidades perigosas

Em análises anteriores da pesquisa, em um escopo maior (FERREIRA JUNIOR & MENEZES, 2014), constatamos que o acontecimento nas narrativas de violência ou sobre a violência urbana no contexto paraense, apresenta uma afetação que está inscrita na ordem do sentido, conformado a partir de elementos pontuais em sua conjuntura e projetando os acontecimentos mais como um conjunto de intrigas, do que como eventos relacionados a um fato social que requeiram uma problematização mais complexa.

Esse processo de conformação dos acontecimentos tem um caráter já identificado por alguns autores (FRANÇA, 2011; QUÉRÉ, 2005, ARQUEMBOURG, 2005), de redução da contingência dos acontecimentos, de contornar a descontinuidade e aspecto situacional, e fazer com que faça parte da uma experiência social coletiva ou individual.

Portanto, essas narrativas midiáticas participam na produção de algumas repercussões culturais e ideológicas que cumpre deixar claras, em consequência da maneira como os acontecimentos são conformados ou construídos.

As matérias do Diário do Pará e de O Liberal que servem a esta análise dizem respeito ao primeiro e ao segundo semestre de 2012 e, ainda que não representem um grande número de narrativas, são sintomáticas para evidenciar o tratamento da questão de violências específicas.

O material analisado é composto de 12 matérias dos dois jornais paraenses, sendo 06 (seis) do Diário do Pará e 06 (seis) de O Liberal, que são categorizadas a partir das ocorrências identificadas nos textos jornalísticos, assim distribuídos nas Figuras 1 e 2 dos periódicos paraenses.

Categoria	Quantidade	Identificação dos envolvidos	Manchete e data de publicação
Homicídios	04	02 vítimas (homossexuais); 01 vítima e acusado (homossexuais); 01 vítima (homossexual e travesti);	“Homossexual é morto com pauladas” 27/03/2012; “Homossexual garante que matou companheiro”, 21/08/2012; “Homossexual é morto a facadas dentro de casa”, 15/08/2012; “Homofobismo pode ter feito mais uma vítima”, 29/10/2012
Roubo	01	01 acusada (travesti)	“Bombeiro diz que ‘levou o limpa’ de travestis”, 01/05/2012
Tráfico Humano	01	01 acusada (travesti)	“Travesti comandava tráfico humano”, 04/05/2012

Tabela 1: Diário do Pará (Fonte: Elaborado pelos Pesquisadores)

Categoria	Quantidade	Identificação dos envolvidos nas matérias:	Manchete e data de publicação
Homicídios	02	01 vítima e acusado (homossexual); 01 vítima (travesti);	“Homossexual confessa crime, mas polícia não localiza cadáver”, 21/08/2012; “Travesti morta a tiros teve os pés amarrados”, 29/10/2012;
Homofobia	01	01 vítima (travesti);	“Corpo de travesti é enterrado. Homofobia provocou 23 mortes em 16 meses”, 30/10/2012.
Tráfico Humano	01	01 acusada (travesti)	“Travesti suspeito de tráfico de pessoas chega a Belém”, 04/05/2012.
Ação Governamental	02	Ações para travestis e transexuais	“Polícia Civil passa a aceitar nome social”, 19/10/2012; “Travestis festejam nova ‘carteira social’”, 20/10/2012;

Tabela 2: O Liberal (Fonte: Elaborado pelos Pesquisadores)

A seleção do material dos jornais impressos foi realizada levando em consideração as publicações que envolvessem, na editoria de Polícia, casos de violência envolvendo o público do LGBT.

Enquadramento e marcas identitárias negativas

Constatamos nas análises das edições dos dois jornais que as construções narrativas apresentam a denominação das identidades sexuais sempre como um categorizador ou uma ‘marca identitária’ de quem é o envolvido. Do mesmo modo que é feito com envolvidos de

outra natureza, relativamente a outros acontecimentos, como no caso da definição de categorias como assaltantes, traficantes e usuários de drogas, recorrentes no cotidiano da cobertura sobre a violência no Pará.

Essas categorias se interceptam com a noção (mesmo a jurídica) de criminosos, apontando para um caráter negativo da construção e do sujeito. Nas manchetes do Diário do Pará, “homossexual é morto a facadas dentro de casa”, ou de O Liberal, “Travesti suspeito de tráfico de pessoas chega a Belém”, observamos uma operação simbólica de ancoragem da identidade sexual à violência. Essa ancoragem, no entanto, não é um simples processo de denominação, mas um processo de enquadramento que condiciona a narrativa midiática e os elementos do acontecimento que são por ela acionados.

Na distinção estabelecida por Queré (2011) sobre a dualidade do acontecimento, percebemos que o processo de categorização é elemento importante da inscrição do acontecimentos-fatos-do-mundo em uma ordem explicativa e inteligível, segundo a qual eles são rearranjados e passam a fazer parte de acontecimentos conformados com o potencial de afetação na ordem do sentido. Segundo o autor, a “individualização do acontecimento”, processo em que um acontecimento adquire uma determinada identidade e passa a constituir o âmbito da experiência social. Nesse processo, a categorização é um processo-chave na estruturação da mediação pelas narrativas midiáticas, em que o enquadramento faz com que determinados quadros de sentido sejam acionados (GOFFMAN, 2012).

Nos estudos sobre mídia, a noção de enquadramento pode surgir associada a de acontecimento e aquilo a que nos referimos como experiência. Para Tuchman, as notícias não constituem o espelho da sociedade, antes, por meio de enquadramentos que pressupõe a atividade jornalística, “ajudam a constitui-la como fenômeno social partilhado, dado que no processo de descrição dos acontecimentos, as notícias definem e moldam o acontecimento” (TUCHMAN, 2002, p. 92). Ou ainda em Mouillaud, que os acontecimentos são fragmentos captados e por meio do enquadramento, uma “moldura opera ao mesmo tempo um corte e uma focalização: um corte porque separa um campo e aquilo que o envolve; uma focalização porque, interditando a hemorragia do sentido para além da moldura” (MOUILLAUD, 2002, p. 61).

Nessa perspectiva, em que considera o caráter, construído e fragmentário do quadro de sentido, que se pode compreender o tipo de processo simbólico apresentado nas matérias. A consequência disso é que, apesar das especificidades dos acontecimentos, a

condição e identidades sexuais são vinculadas à passibilidade de determinado indivíduo (homossexuais, travestis e transexuais) ser um potencial engendrador ou vítima da violência. O problema nesse quadro apresentado é agravado quando a potencialidade da vítima é deslocada apenas pela identidade, sem ligações com questões contextuais como a ocorrência da homofobia e as desigualdades relativas a esses sujeitos, que são invisibilizados, à medida que o enquadramento das sexualidades dissidentes é o de “sexualidades perigosas”, potencialmente violentas e violentáveis em si mesmas, o que influi tanto nos estilos quanto nos componentes narrativos.

Narrativização e normalização

A construção simbólica das narrativas que vinculam homo e transexuais com a violência também precisa ser analisada da perspectiva do contexto social, cultural e histórico, considerando que o enquadramento ensejado é condicionado por esses fatos e não isento ou gratuito. Antes, diz respeito a uma narrativização tornada possível pelo fato de que o acontecimento “torna compreensível o seu passado e o seu contexto, em função do sentido novo cujo surgimento ele provocou” (QUÉRÉ, 2005, p. 62), ou seja, possui uma ordem de temporalidade que condiciona o seu potencial hermenêutico (por meio do remontar a eventos anteriores, com características similares, por exemplo).

Quéré, em certa medida, dá pouco relevo nesse trabalho à narrativa no processo de mediação, dando ênfase ao aspecto revelador dos acontecimentos. Mas reconhece haver uma intersecção entre a construção da narrativa e a construção da intriga, que pode ser entendida como “qualquer coisa que se enlaça num dado momento, devido a um acontecimento ou iniciativa humana, para, em seguida, se encaminhar progressivamente para um desenlace resultante de uma contingência, peripécias, mudanças na situação, alteração do caso” (QUÉRÉ, 2005, p. 71).

Já Arquembourg (2005) reforça a necessidade de se considerar a narrativa na constituição dos acontecimentos e da experiência. A narrativa, para ele, consistiria numa operação de julgamento e “mediação por excelência”, um meio pelo qual os indivíduos podem acessar à compreensão dos acontecimentos que os afetam e do caráter problemático das situações que os acontecimentos põem diante deles.

Por outro lado, a pesquisadora Vera França, compreenderá a narrativização como a “articulação de seus vários momentos [da narrativa], a estruturação da temporalidade.

Geralmente a construção da narrativa é feita após tudo terminado, quando já se conhece o seu desfecho, e em função do seu final” (2011, p. 67).

Observamos assim, que as narrativas midiáticas constroem intrigas específicas de acordo com o enquadramento sobre as identidades e os tipos de crimes associado a elas. As potencialidades e conflitos que emergem do homicídio de um indivíduo identificado como homossexual estão assentes na noção da morte como acontecimento disruptivo, em um percurso que reconstitui uma ordem de eventos a partir de depoimentos e afirmações sobretudo de autoridades policiais (Militar e Civil), de testemunhas, familiares ou conhecidos das vítimas.

Nas matérias do jornal Diário do Pará, constatamos que além de destacar o fato de o indivíduo ser homossexual, as narrativas apresentam elementos que enunciam proximidade do possível assassino como alguém ligado a vítima, porém desconhecido, e em alguns casos, como decorrente de uma suposta promiscuidade, significada pela presença de vários homens às residências de algumas dessas vítimas e em determinados agentes.

Quando as matérias retratam envolvidos identificando-os como travestis, conforme matéria publicada sobre o mesmo homicídio, no Diário do Pará e O Liberal, constatamos que a morte é tratada também como um acontecimento disruptivo. Ou seja, apresentada a partir dos vestígios indicados por moradores sobre hora e indícios que houve uma morte nas redondezas e também reconstituída nos termos da ação policial (Civil), da ação do reconhecimento do corpo e do que entende como as possíveis causas.

Na perspectiva das causas, a narrativa do Diário do Pará, apesar de utilizar a expressão homofobia no título, como “homofobismo” (demonstrando o caráter acessório da ideia na construção da narrativa), identifica o preconceito como uma causalidade, mas o foco da narrativa é a ação da polícia e a descrição factual.

Em relação aos casos de crimes cometidos por indivíduos identificados como homossexuais ou transexuais/travestis, que são roubo e um homicídio, a estrutura segue a de crimes similares, em que os envolvidos são comumente representados como assaltantes ou criminosos das periferias. Nos casos analisados, no entanto, a identidade sexual passa a ser usada como demarcador da **relação** que está esses indivíduos e violência, presente tanto em títulos quanto na narrativa.

Observamos um tensionamento nesse tipo de construção nas três matérias publicadas pelo jornal O Liberal, sobre as ações do governo do Estado do Pará em relação a políticas de inclusão da população LGBT, voltadas para transexuais e travestis (a

possibilidade do uso civil do nome social em carteira de identidade), e sobre casos de homofobia, em que a principal agente é uma ONG, com vínculos com a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH). Esse tensionamento, essa alteração da narrativa, no entanto, está ligado à parcialidade da cobertura, às escolhas editoriais e aos critérios de noticiabilidade definidos pela conjuntura política de alinhamento entre a empresa de mídia e o grupo político no poder, à medida que essa visibilização seletiva se dá pelo alinhamento das ORM com o PSDB, que governava (e permanece governando) o estado do Pará à época.

Assim, a narrativização do acontecimento participa de um processo de normalização dos acontecimentos, normalização do crime e da violência, conforme define França, quando afirma que “é a redução de sua contingência e indeterminação, através de sua inscrição num contexto causal e social, tornando manifesto o seu caráter típico” (2011, p. 68).

Nas matérias em questão analisadas, verificamos uma redução dessa contingência e indeterminação, segundo as categorias de ocorrências, que nas narrativas sobre violência coincidem com a categoria dos crimes (homicídios, assaltos, etc.), havendo nos casos das mortes a ancoragem das causalidades do acontecimento nas identidades, de maneira simples, no entanto (invizibilizando aspectos como a homofobia e transfobia). Inscreve essas mortes, no caso de homossexuais ou travestis, em um estatuto de esperadas e prováveis. E em relação aos outros crimes, igualmente reforça com causalidade subjacente a identidade sexual dos indivíduos, de modo a fazer aderir a violência potencial com a identidade sexual dissidente e de estatuto marginalizado.

Isso implica uma operação simbólica, por meio da qual, a mídia estrutura narrativas recorrentes e similares que conformam acontecimentos inseridos em um campo problemático (da violência urbana e da violência contra gênero e orientação sexual), ensejando o condicionamento da interpretação da realidade social e de padrões sociais, bem como da organização da experiência social.

Considerações finais

A violência urbana e as especificidades da violência envolvendo LGBTs podem ser lidas, em intersecção, como constituintes de um campo problemático na perspectiva de Quéré, em que os acontecimentos requerem e convocam a ações coletivas. Diante desses campos problemáticos, o autor afirma que “o papel dos media é, sem dúvida, decisivo enquanto suportes, por um lado, de identificação e da exploração dos acontecimentos, por

outro, do debate público através do qual as soluções são elaboradas e experimentadas” (2005, p. 73). Debate público pressupõe um processo de narrar a realidade social de maneira mais ou menos abrangente, realizando problematizações pertinentes de contextos e de fenômenos sociais complexos, ensejando a produção e circulação de informação qualificada sobre uma questão ou problema que se evidencia pelos acontecimentos e compreensões dos acontecimentos em determinados contextos.

As narrativas midiáticas sobre violência, no contexto paraense, no entanto, constituem-se como modelo arquetípico de cobertura condicionada à mídia como negócio, em que o próprio sentido e relevância dos acontecimentos são envilecidos em prol de consumo e de narrativas que exploram a violência como chamariz de consumo. Apesar disso (e talvez mesmo por isso), é preciso compreender as especificidades e potencialidade da elaboração e difusão de representações sobre a sociedade e a realidade social, que, por meio da construção de narrativas sobre os acontecimentos, participa de um processo de rearranjo simbólico da realidade, em que concorrem outras narrativas do cotidiano, mas cujas significações e repercussões não se dissociam daquelas já existentes cultural, sociológica e ideologicamente.

No caso da violência envolvendo LGBTs, o potencial midiático de condicionamento da organização da experiência não pode ser ignorado, à medida que a mídia e suas narrativas, inscritas no cotidiano, onde discursos de intolerância, exclusão e discriminação são perceptíveis e manifestam-se em violências, também elas inscrevem significações para o cotidiano dos indivíduos em sociedade, fazendo esses discursos circularem, ensejando uma experiência em âmbito individual e coletivo, em que, mesmo com tensionamentos, as ideologias passam por um processo de reforço e retroalimentação.

Referências

ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**. Ano 4, n. 8, jul/dez. 2002.

ARQUEMBOURG, Jocelyne. Entre facto e sentido: contar o acontecimento. **Trajectos: Revista de Comunicação, Cultura e Educação**. n. 6. 2005.

BRASIL. **Relatório de violência homofóbica no Brasil**: ano de 2012. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

_____. **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil**: ano de 2011. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2012.

COSTA, Arthur Trindade; LIMA, Sérgio Renato de. Segurança pública. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

FRANÇA, Vera. O crime e o trabalho de individuação do acontecimento no espaço midiático. **Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura**. n. 10. 2011.

FERREIRA JUNIOR, Sergio; MENEZES, Alana. Individualização do acontecimento e mortes violentas: as narrativas policiais da mídia impressa paraense. **Temática**. Ano X, n.11. Nov. 2014.

GOFFMAN, Erving. **Quadros de experiência social: uma perspectiva de análise**. Tradução: Gentil A. Tilton. Petrópolis: Vozes, 2012.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001)

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

MICHAUD, Yves. **A violência**. Tradução de L. Garcia. Série Fundamentos. São Paulo: Editora Ática, 1978.

MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrrel (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Tradução: Sérgio Grossi Porto. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002a.

NARDI, Henrique Caetano. Educação, heterossexismo e homofobia. In: POCAHY, Fernando. (Org.). **Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo de prazer**. Porto Alegre: NUANCES, 2010.

QUÉRÉ, Louis. A individualização dos acontecimentos no quadro da experiência pública. **Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura**. n. 10. 2011.

_____. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos: Revista de Comunicação, Cultura e Educação**. n. 6. 2005.

PARÁ. **Balço das Ocorrências Policiais com Registro no Sistema Integrado de Segurança**. Belém: Secretaria de Estado de Segurança Pública, 2012.

RAMOS, Sílvia; CARRARA, Sérgio. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. **Physys: Revista de Saúde Coletiva**. 16 (2). 2006.

TUCHMAN, Gaye. As notícias como uma realidade construída. In: ESTEVES, João Pissarra (Org.). **Comunicação e sociedade: os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

VELOSO, Maria do Socorro Furtado. **Imprensa, poder e contra-hegemonia na Amazônia: 20 anos do Jornal Pessoal (1987-2007)**, 2008. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

WEEKS, Jeffrey. Questions of identity. In: CAPLAN, Pat (Ed.). **The cultural construction of sexuality**. London, New York: Routedge, 1995.